

Governo terá o apoio do BID nas negociações com credores do Clube de Paris

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

O Brasil inicia as negociações da dívida de US\$ 13,5 bilhões com os credores oficiais do Clube de Paris, nesta segunda-feira, em Paris, contando com um importante apoio. O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, dispôs-se a fazer pessoalmente uma apresentação sobre a situação brasileira e as relações da instituição com o País, em uma iniciativa sem precedentes. Iglesias encontrava-se na Bélgica, na semana passada, e a confirmação de sua presença foi acertada diretamente com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. "É um ato singular da parte dele", disse o ministro a este jornal.

O diretor da área internacional do Banco Central, Armínio Fraga Neto, qualificou a disposição de Iglesias como "uma demonstração de apoio à política econômica do governo", conforme declarou a este jornal antes de seguir para Paris, na sexta-feira, com o presidente do BC, Francisco Gros, encarregado de chefiar a missão brasileira.

Normalmente, o BID envia ao Clube de Paris membros de seu "staff" técnico sempre que se inicia o processo de negociação da dívida de algum país, e a presença do presidente da instituição viria reforçar os trabalhos de abertura das discussões sobre a proposta brasileira. Não apenas o BID, no entanto, estará presente na sessão desta segunda-feira que se inicia às 9 horas.

O chefe da divisão do Atlântico Sul do Fundo Monetário Internacional (FMI), José Fajgenbaum, falará naquele fórum dos credores oficiais sobre os pontos do programa de ajuste econômico que serviu de base ao acordo do tipo "stand-by" acertado com o Brasil no dia 29 de janeiro. Também o Banco Mundial estará mandando um representante para fazer uma exposição sobre o Brasil, além da conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

ACORDO GUARDA-CHUVA

Além de Gros e de Fraga Neto, autor da proposta brasileira, a missão será integrada pelo diretor do Departamento de Assuntos Internacionais (Deain) do Ministério da Economia, embaixador Denot Medeiros, o diretor do Departamento do Tesouro Nacional (DTN), Roberto Figueire-



Enrique Iglesias

do, o procurador-geral da Fazenda Nacional, Tércio Sampaio Ferraz. O Brasil espera sair de Paris com o chamado "acordo guarda-chuva" assinado com os credores oficiais contemplando o reescalonamento por 18 anos do grosso da dívida objeto de negociação, já que parte dos US\$ 13,5 bilhões, referente a juros atrasados e juros de mora, seria paga em 12 anos, dividida em 24 parcelas semestrais.

O valor a ser reescalonado cobre juros e amortizações atrasados desde julho de 1989, abrangendo também principal e juros que vencem este ano e no ano que vem, até agosto de 1993, quando se encerra o acordo firmado com o FMI. A proposta brasileira envolve vencimentos de contratos firmados até 31 de março de 1983, a data definida como a "cut-off date" para efeito de refinanciamento dos pagamentos na esfera do Clube de Paris, mas traz duas novidades: além de apresentar pela primeira vez um esquema de pagamento abrangendo parcelas fixas semestrais (no caso do reescalonamento por 18 anos, seriam 36 parcelas) nas quais estariam embutidos tanto o juro como o principal, em um sistema do tipo "tabela price", o Brasil propõe refinar uma parte da dívida que já foi objeto de reescalonamento em acordos anteriores.

REESCALONAMENTO DE US\$ 9 BILHÕES

O valor do "previously rescheduled debt" (PRD), abrangendo dívida já anteriormente reescalada envolve US\$ 9 bilhões, e representa o grosso daquilo que o Brasil quer acertar com o Clube de Paris nas negociações que se iniciam nesta segunda-feira. O ponto em questão é a prática do Clube de Paris, que normalmente não reescala dívidas previamente refinanciadas. O Brasil vai levantar, como argumento, o fato de que está abrindo mão de pedir o tratamento especial dado pelos credores oficiais à Polônia, que conseguiu um desconto de 50% no valor de seus compromissos negociados naquele fórum. Como compensação, acha que o Clube de Paris vai concordar com um fluxo de pagamento considerado suportável pelo País.

"É possível que parte dos juros em vencimento seja desembolsada para pagamento às várias agências de crédito governamentais, ainda na semana que vem, como um gesto simbólico da parte do Brasil no sentido de que vai manter os compromissos assumidos no acordo. Os credores oficiais, sabe-se, pretendem obter do Brasil pelo menos o mesmo tratamento conseguido pelos bancos privados que estão recebendo 30% dos juros correntes. A equipe brasileira partiu com a previsão de acertar os pontos do acordo até terça-feira, mas está preparada para ficar em Paris durante toda a semana, se necessário.

SANWA — O Sanwa Bank Ltd. abandonou um plano para estabelecer uma subsidiária de fusões e aquisições nos Estados Unidos, informou um porta-voz na quarta-feira. O importante banco comercial japonês retirará seu pedido de licença para a instalação da firma, apresentado ao Federal Reserve Board em San Francisco.